

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARGANIL

----- Aos vinte e nove dias de dezembro de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu na sede da Freguesia de Arganil, sita à avenida José Augusto de Carvalho, número oito B, primeiro andar, Arganil, a Assembleia de Freguesia de Arganil, conforme teor da respectiva convocatória, tendo estado presentes os seus membros Carlos Alberto Ventura Fernandes, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, Armando Jorge Oliveira Mendes Lopes, na qualidade de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, Dora Marisa Lopes Pinheiro, na qualidade de Segundo Secretário da mesma Mesa, Rui Manuel Dias Francisco, Abel Ventura Fernandes, Leonel da Conceição Costa, Maria Patrocínia Marques da Costa Rodrigues, Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira e João Manuel Pinto Vinagre, na qualidade de membros da Assembleia de Freguesia de Arganil. Presente esteve também, nos termos do disposto no artigo décimo segundo das normas supramencionadas, João António Travassos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Constituída a Mesa da Assembleia e verificada a existência de quórum, o seu Presidente deu por iniciada a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- “Ponto um – Apresentação e votação da Acta da sessão realizada a 30 de Setembro de 2011; -----

----- Ponto dois – Análise de Assuntos de Interesse para a Freguesia; -----

----- Ponto três – Apreciação e votação das Opções do Plano; -----

----- Ponto quatro – Apreciação e votação do Orçamento da Receita e Despesa para 2012.”; -----

----- De imediato o Presidente da Assembleia deu por iniciado o ponto um da ordem de trabalhos, propondo a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, uma vez que julgava ser do conhecimento atempado de todos os membros da Assembleia, quer através do respetivo envio por correio electrónico quer por entrega em papel, tendo contudo informado os presentes que poderiam tecer qualquer comentário à mesma se assim o desejassem. A proposta foi unanimemente aceite. Dado que nenhum dos membros manifestou vontade em expressar qualquer comentário, foi a sua aprovação colocada à votação, tendo a referida ata sido aprovada por unanimidade. -----

----- De imediato passou-se ao ponto número dois da ordem de trabalhos: análise de assuntos de interesse para a Freguesia. -----

----- Registaram-se as inscrições dos membros Leonel da Conceição Costa, Maria Patrocínia Marques da Costa Rodrigues e Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira. -----

----- Passou a usar a palavra o senhor Leonel Costa que questionou sobre a data prevista para a colocação das placas toponímicas em alguns arruamentos da Gândara tais como nas ruas Marilú, Padre Américo Brás da Costa e outras, já que aqueles ainda se encontravam com diferentes designações conforme as entidades – registo predial, finanças e câmara. Disse que a falta de toponímia com correspondente colocação de placas criava também dificuldades com a delimitação das zonas postais, desconhecendo-se o início e termo de cada zona. Alertou para a perigosidade existente ao lado do edifício situado entre os prédios da “Caixa Geral de Depósitos” e do “Banco Comercial Português”, na avenida José Augusto de Carvalho, designadamente no pilar ali existente com o objetivo de segurar a

cancela, dado que a inclinação do mesmo se tem vindo a acentuar com o decorrer do tempo, temendo que tal situação possa provocar acidentes pessoais em caso de ruína. Sugeriu que se oficiasse ao município para que o caso fosse resolvido. -----

----- Seguiu-se a intervenção da deputada Maria Patrocínia Rodrigues que informou que a roda situada na Praça do Regionalismo já se encontrava colocada. Questionou o executivo sobre o alcance da intervenção da Freguesia: se se esgotava na colocação ou se também se propunha a efetuar o que fosse necessário para que a roda funcionasse e cumprisse a sua missão urbanística. Opinou que se a obra se esgotasse com a simples colocação o mais provável seria que a madeira apodrecesse mais rápida e facilmente. Referiu que os pequenos lagos existentes naquela praça costumam conter água somente até meio, achando que não ficava nada bem. -----

----- Seguidamente usou da palavra a deputada Maria da Graça Ferreira que referiu que Arganil era conhecida como a “capital do rallye” e que à semelhança do que era visto noutras localidades em que existia algo a perpetuar, sugeriu que fosse dado um nome relacionado com o tema a uma das rotundas da vila e até, se fosse considerado viável, ali fosse colocado um veículo de “rallye” a ceder por uma das marcas mais emblemáticas desses tempos. Disse julgar que seria uma forma de perpetuar a relação “Arganil-rallye”. --

----- Finalizadas as intervenções dos deputados previamente inscritos, foi pelo Presidente da Mesa concedida a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia que esclareceu que a colocação das placas toponímicas na zona da Gândara se encontrava a decorrer dentro do ritmo normal e planeado. Informou que a maior parte já se encontrava fabricada e que a sua colocação iria decorrendo. Quanto ao pilar objeto da intervenção do senhor Leonel Costa disse concordar que o risco da ocorrência de algum acidente era elevado e que providenciaria em elaborar e remeter ofício à Câmara Municipal. Quanto à roda sita na Praça do Regionalismo informou que os trabalhos inerentes à sua entrada em funcionamento eram da responsabilidade da Câmara, estando para breve o contacto com aquela autarquia para que o trabalho fosse concluído. Em relação à proposta da deputada Maria da Graça Ferreira emitiu opinião que a mesma era bastante interessante e exequível, informando que iria encetar contactos com a Câmara a fim de que o tema pudesse vir a ser apreciado e decidido favoravelmente. -----

----- Tendo o Presidente da Mesa da Assembleia questionado se as explicações prestadas pelo Presidente do executivo tinham sido suficientemente esclarecedoras em relação às questões formuladas pelos membros que compõem o órgão ou se por outro lado alguém queria ainda usar da palavra a fim de colocar alguma questão e não tendo ocorrido por parte de nenhum deputado essa intenção, foi dado por encerrado o tratamento do ponto número dois da ordem de trabalhos. -----

----- De imediato o Presidente da Assembleia considerou aberto o tratamento do ponto número três da ordem de trabalhos: apreciação e votação das opções do plano. -----

----- Para o exercício do uso da palavra a mesa registou as inscrições dos membros Abel Fernandes, Leonel Costa e João Vinagre. -----

----- Abel Fernandes solicitou esclarecimento sobre as obras previstas para as Torrozelas, designadamente explicação mais específica sobre as intervenções a efetuar naquela localidade. Esclarecimento idêntico solicitou relativamente às obras previstas para o Maladão e na estrada das Lavegadas, na vila de Arganil. Sobre a inscrição da toponímia nas opções do plano para dois mil e doze questionou se aquela rubrica contemplava o que estava já delineado ou se estavam previstas novas iniciativas. Finalmente questionou se a verba incluída na rubrica “outros arruamentos na freguesia” poderia ser vista numa perspetiva residual ou se existiria previsão de algum trabalho específico. -----

----- O deputado Leonel Costa questionou se os trabalhos a desenvolver na estrada das Lavegadas incluíam o alcatroamento de raiz ou se, por outro lado, somente incluíam reparações como as que têm vindo a ser feitas. -----

----- O deputado João Vinagre solicitou esclarecimento acerca da rubrica “outros arruamentos na freguesia”, designadamente se ali se incluíam trabalhos a efetuar no Rochel e Vale Cordeiro. -----

----- Tendo sido a palavra dada ao Presidente do órgão executivo para prestar os devidos esclarecimentos, este passou a informar que apesar da escadaria a construir nas Torrozelas ter sido planeada para o ano em curso, tal não foi possível, pelo que esta obra, tão necessária como ansiada pela população, transitaria para o exercício de dois mil e doze. Relativamente aos trabalhos previstos para o Maladão informou que, apesar do projeto ainda não se encontrar concluído, as intervenções a efetuar seriam junto da casa de convívio e largo adjacente. No que respeita à estrada das Lavegadas emitiu opinião que as pessoas que ali passam casualmente e outras todos os dias merecem e esperam há anos que seja realizada uma intervenção mais profunda que as que têm sido feitas pelo que tal arruamento vai ser mesmo alcatroado com o traçado com que se encontra. Informou sobre a existência de contrato-programa com a Câmara, sendo a obra dirigida e da responsabilidade daquela autarquia, com a comparticipação da Freguesia na quantia de vinte mil euros. Quanto à rubrica “outros arruamentos na freguesia” informou ser de carácter residual, julgando ser necessário acautelar situações que possam surgir pontualmente em qualquer arruamento inserido na área territorial da freguesia, como sejam trabalhos relacionados com drenagens de águas, aquisição e colocação de grelhas, etc. -----

----- O deputado João Vinagre solicitou a palavra. Tendo sido concedida, abordou assunto relacionado com o muro da ribeira, junto ao hotel, referindo que estando rachado gostaria de ser informado se alguma intervenção se encontrava prevista. Alertou também para o estado degradado em que se encontra o passeio junto do café situado na avenida das Forças Armadas, que constantemente apresentava pedras soltas na calçada, o que tornava o local propício à ocorrência de acidentes pessoais aos transeuntes. Finalmente referiu que o quiosque implantado no espaço existente em frente das instalações das finanças se encontrava inativo, com aspeto degradado no que à limpeza diz respeito e com visíveis sinais de abandono, pelo que emitiu opinião que tal infraestruturas somente se encontrava a poluir o espaço onde está inserido, sendo necessário clarificar as intenções do proprietário e agir em conformidade. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia informou estar atento, ter efetuado recentemente observação cuidada e ser de opinião que a situação do muro da ribeira não era grave. Informou que o pessoal ao serviço da autarquia intervirá, se necessário, no que diz respeito ao passeio invocado e que, concordando que a situação relacionada com o quiosque não era a desejada, iria contactar a Câmara Municipal através de ofício. -----

----- Tendo o Presidente da Mesa da Assembleia questionado se alguém queria ainda usar da palavra a fim de colocar mais alguma questão e não tendo sido demonstrado esse interesse por parte de algum membro da assembleia, foi o ponto número três da ordem de trabalhos colocado à votação. Não se tendo verificado qualquer voto contrário à sua aprovação nem nenhuma abstenção foram aprovadas por unanimidade as opções do plano. -----

----- De imediato o Presidente da Assembleia deu como aberto o tratamento do ponto número quatro da ordem de trabalhos: apreciação e votação do orçamento da receita e despesa para dois mil e doze. -----

----- Para o exercício do uso da palavra a mesa registou as inscrições dos membros Maria da Graça Ferreira, Abel Fernandes e Leonel Costa. -----

----- A deputada Maria da Graça colocou as seguintes questões: se a rubrica orçamental zero seis zero cinco zero um zero nove com a descrição “Protocolo c/ Município em Contratos Programa” não deveria ser considerada receita de capital e se o capítulo zero oito “Outras receitas correntes” podia ser especificado. -----

----- O Presidente do órgão executivo pediu autorização à mesa no sentido de o contabilista da autarquia, senhor José Rosa, poder prestar a devida informação relativamente à primeira dúvida apresentada. Demonstrada concordância pelo senhor Presidente da Assembleia, o senhor José Rosa explicou que embora as verbas inscritas se destinassem a suprir despesas de capital não se poderiam considerar receitas de capital por não serem receitas próprias da Freguesia mas verbas provenientes de terceiros, no caso concreto do Município de Arganil. -----

----- Relativamente à segunda questão colocada pela deputada Maria da Graça o Presidente do executivo informou que a rubrica encontra-se dotada devido à possibilidade de surgirem receitas não previstas, fundos que à data da elaboração do documento e da sessão não eram conhecidos. -----

----- O deputado Abel Fernandes questionou se na rubrica referente a rendas a quantia dotada seria somente relativa ao prédio da autarquia sito na rua Jornal de Arganil, demonstrando alguma admiração no montante inscrito, que considerou elevado. Abordou também a rubrica zero dois zero dois dezassete “Publicidade” demonstrando necessidade de esclarecimento sobre a mesma. -----

----- Passou a usar da palavra o Presidente do executivo que informou que sendo o orçamento um documento previsional, esperava que no ano de dois mil e doze fosse arrendada a loja localizada no prédio da rua Jornal de Arganil, o que a acontecer fazia com que a quantia orçada fosse atingível. Esclareceu ainda que a verba prevista na rubrica de publicidade é de dotação necessária para fazer face a despesas relacionadas com pedidos de apoio que todos os anos surgiam e assim como forma de prestar apoio a coletividades, eventos e organizações a troco de publicidade à Freguesia nos respetivos meios de promoção desses acontecimentos em cartazes, panfletos ou anúncios diversos. -----

----- O deputado Leonel Costa solicitou esclarecimento relativamente à rubrica zero quatro zero dois noventa e nove “Multas e penalidades diversas”, tendo afirmado que não estava a vislumbrar o seu alcance. -----

----- O Presidente do executivo informou que se tratava essencialmente de coimas relacionadas com infrações praticadas na área dos caniços. -----

----- Informou sumariamente que o acréscimo da totalidade das receitas e das despesas em relação ao ano anterior, no valor de sete mil e quatrocentos euros, devia-se essencialmente aos contratos-programa a celebrar com o Município e à previsão de admissão de um estagiário, cujos encargos eram comparticipados pela segurança social. Tais aspetos provocaram acréscimo do lado da receita e da despesa, em obediência ao princípio contabilístico do equilíbrio orçamental. -----

----- Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia questionou os presentes se necessitavam de mais algum esclarecimento relativamente ao orçamento da receita e da despesa, não tendo qualquer deputado manifestado tal intenção. Assim foi colocado à votação o ponto número quatro da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia procedeu ainda, de forma resumida, à explanação da informação acerca da atividade do executivo, bem como da situação financeira, nos termos da alínea x) do artigo trigésimo oitavo da Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo antes efetuado a sua distribuição, através de fotocópias, pelos membros presentes. -----

----- Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Carlos Alberto Ventura Fernandes questionou os presentes sobre se alguma coisa tinha ficado esquecida ou por dizer. Verificado o silêncio destes, quando eram cerca de vinte e três horas deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, Carlos Alberto Ventura Fernandes, por mim, Armando Jorge Oliveira Mendes Lopes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Arganil, que a secretariei, bem como pelos restantes membros presentes. -----
